



Reforma da Previdência vai equilibrar economia, diz Davi

Presidente do Senado afirmou na sexta-feira que a aprovação da proposta em análise no Congresso será importante para organizar contas públicas e permitir a geração de emprego e renda no país

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, defendeu a proposta de reforma da Previdência que está sendo analisada na Câmara. De acordo com ele, divergências sobre a PEC são normais. O mais importante, disse, é que o texto aprovado pelo Congresso será capaz de equilibrar as contas públicas e, como consequência, gerar emprego e renda. Davi

também afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, não prejudicou a reforma quando admitiu, em conversa com os jornalistas, a possibilidade de o governo abrir mão de parte da economia de R\$ 1,2 trilhão prevista na apresentação da proposta. Para ele, Bolsonaro demonstra humildade ao delegar temas econômicos ao ministro da Economia, Paulo Guedes. 3



Pedro França/Agência Senado

Em entrevista, Davi disse que divergências ao texto são normais e que a reforma dará estabilidade às contas do país

MP sobre fraude no INSS terá debate amanhã 3

Projeto inclui autismo no censo demográfico 3

Voo com 4 horas de atraso pode gerar indenização 4

Educação contra violência à mulher será discutida 4



Pedro França/Agência Senado

Toffoli, José Roberto Marinho, Davi, Randolfe e Paulo Tonet em Plenário

Homenagem à TV Globo destaca liberdade de imprensa

Em sessão especial em comemoração aos 54 anos da TV Globo, participantes destacaram a importância da liberdade de imprensa para a manutenção da democracia. Eles também ressaltaram o trabalho da emissora para levar entre-

tenimento e informação de qualidade à população. — A Rede Globo consolidou-se em mais de meio século de existência como um verdadeiro patrimônio dos brasileiros — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. 2

Prazo de regulação ambiental deve ser votado hoje

A votação do relatório sobre a MP 867/2018, que prorroga o prazo para o Programa de Regularização Ambiental, deve ser hoje. O programa regula a adequação de áreas de proteção e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação. 2

Concurso pode ter vaga para egresso de escola pública

Concursos poderão ter 20% das vagas reservadas para candidatos que fizeram ensinamentos fundamental e médio em escola pública. É o que diz projeto de lei do senador Fabiano Contarato em análise na Comissão de Constituição e Justiça. 4



Waldemir Burreto/Agência Senado

Para especialistas, as pessoas devem estar antes dos carros no urbanismo

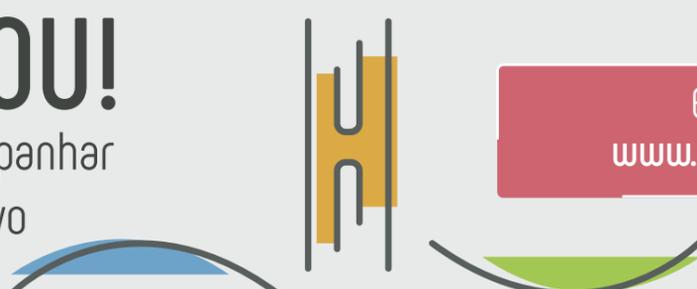
Mais mobilidade urbana exige mudança de cultura, diz debate

Para tornar as cidades mais acessíveis, inclusivas e acolhedoras e a mobilidade urbana eficiente, é necessária uma mudança profunda de cultura, com redução da velocidade. A conclusão é de audiência na Subcomissão Temporária sobre

Mobilidade Urbana. Para os debatedores e senadores, as pessoas, e não os automóveis, devem estar em primeiro lugar no desenho da cidade. São necessários uma gestão mais efetiva das cidades e um reordenamento urbano. 3

SIMPLIFICOU!

Agora é mais fácil acompanhar o processo legislativo



Entenda melhor em www.senado.leg.br/simplificou

Senadores homenageiam os 54 anos da TV Globo

Presidentes do Senado e do Supremo Tribunal Federal estiveram na sessão especial no Plenário do Senado. Participantes destacaram a importância da liberdade de imprensa para a manutenção da democracia

EM 54 ANOS de existência, a TV Globo consolidou-se por levar aprendizado, entretenimento e informação de qualidade à população, mostrando os costumes nacionais e divulgando notícias do Brasil real por todos os cantos da nação, afirmaram participantes da sessão especial do Senado para comemorar o aniversário da emissora, na sexta-feira.

— A Rede Globo consolidou-se em mais de meio século de existência como um verdadeiro patrimônio dos brasileiros, talvez o mais democrático instrumento de informação, aprendizagem e entretenimento dos cidadãos — disse o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Por ser uma referência em jornalismo, a homenagem à Rede Globo também deve ser em prol da liberdade de expressão, essencial à democracia, frisou o autor do requerimento para a homenagem, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

— Não existe democracia que não tenha a tríade liberdade de expressão, de ir e vir e, principalmente, de imprensa. Sem essa tríade, não há de se falar em Estado democrático de direito. A existência daqueles que ameaçam essa tríade, na verdade, ameaça a democracia



Marinho, Davi, Randolfe e Paulo Tonet durante a sessão especial de sexta

brasileira. Então a homenagem que faço é também para que esse ato do dia de hoje seja de solidariedade à atuação livre dos jornalistas comprometidos somente com a amizade, a amizade com o fato que chega para todos os cidadãos e cidadãs brasileiras — disse.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, mencionou frase histórica do ex-deputado Ulysses Guimarães, ressaltando que não há como fugir da verdade de “sua excelência, o fato”. Toffoli frisou a importância de evitar a disseminação “do fato mentiroso, do fato fraudulento”.

Vice-presidente do Conselho de Administração do Grupo Globo, José Roberto Marinho se disse satisfeito com a defesa

da democracia e da liberdade de imprensa durante a sessão. Ele citou o “momento difícil” por que passam alguns jornalistas mais conhecidos da TV, agredidos pelas mídias sociais por grupos extremados.

— É muito bom ver que pessoas que realmente representam o povo estão pronunciando essas palavras, pessoas de origens políticas diferentes, de ramos políticos diferentes, mas todos atrás da verdade dos fatos — disse.

Os senadores Jorge Kajuru (PSB-GO) e Chico Rodrigues (DEM-RR) ressaltaram o pioneirismo e a força do fundador da Rede Globo, Roberto Marinho, que, de acordo com eles, foi visionário e conseguiu criar um império que presta bons serviços à população.

Nova lei dispensa empresas de publicar balanço

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que dispensa as companhias fechadas (sem ações negociadas em bolsa) com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 10 milhões de publicar edital para convocar assembleia geral dos acionistas e documentos exigidos da diretoria da empresa, como os balanços.

A Lei 13.818, de 2019, originária do PLS 286/2015 foi publicada na quinta-feira no *Diário Oficial da União*.

Hoje, a Lei das Sociedades

Anônimas (Lei 6.404, de 1976) dispensa de publicação empresas com menos de 20 acionistas e patrimônio líquido de até R\$ 1 milhão.

O autor da proposta (PLS 286/2015), o ex-senador Ronaldo Caiado, argumentou que o valor atual foi estabelecido em 2001. Com a defasagem, acrescentou, poucas companhias são favorecidas, já que a maioria possui patrimônio líquido superior a R\$ 1 milhão.

Para o relator na Comissão de Assuntos Econômicos

(CAE), Tasso Jereissati (PSDB-CE), as medidas vão reduzir a burocracia.

Entre os documentos dispensados de publicação estão convocações para assembleias, avisos aos acionistas e balanços contábeis e financeiros. A lei exige hoje que esses documentos sejam publicados integralmente em um jornal de grande circulação e no diário oficial do estado onde está a sede da companhia.

As regras passam a valer a partir de 1º de janeiro de 2022.

Comissão vota prazo para regularização ambiental rural

A comissão mista da medida provisória que prorroga o prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA) vota hoje, às 15h, o relatório do deputado Sergio Souza (MDB-PR) sobre a MP 867/2018.

O relator acatou parcial ou integralmente 30 das 35 emendas oferecidas pelos parlamentares e apresentou o parecer na forma de projeto de lei de conversão. A presidente da comissão, senadora Juíza Selma (PSL-MT), concedeu vista coletiva.

A medida altera o novo Código Florestal (Lei 12.651, de 2012), que estabeleceu a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) como condição obrigatória para adesão ao PRA. O programa regulamenta a adequação de áreas de proteção permanente (APP) e de reserva legal de propriedades rurais por meio de recuperação ou compensação. A medida também prorroga os benefícios previstos no Código Florestal até o final de 2020.

Com a adesão ao PRA, é possível regularizar os passivos ambientais ou infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação nessas áreas. Os produtores rurais regularizados passam a ter benefícios previstos no novo Código Florestal.

Entre as mudanças propostas pelo relator está a retirada do prazo final para inscrição no CAR, que pelo texto da MP seria até 31 de dezembro de 2019. Foi sugerido que o período para adesão ao PRA não seja encerrado antes de sua disponibilização pelos estados: oito deles não têm sequer a regulamentação do programa.

— Vamos ter um problema enorme no Nordeste, pois a inscrição no CAR é condição de acesso ao crédito rural, conhecido como Pronaf. Sem o crédito, os menores produtores não têm como subsistir. E, sem ele, não há seguro rural.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

CDH A Previdência e as professoras

9h30 Audiência pública para discutir a situação das professoras com a nova Previdência.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Discursos e avisos da Mesa.

MP 867/2018 Regulação ambiental

15h Análise do relatório.

TERÇA

MP 871/2019 Fraudes em benefícios

9h30 Audiência pública. Representante do INSS está entre os convidados.

CE Educação e políticas para mulheres

10h Debate sobre mulheres e educação.

SEXTA

SESSÃO SOLENE Líderes comunitários

15h Comemoração do Dia do Líder Comunitário.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burel
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, do Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Aniele Nascimento/ Gazeta do Povo



Agência do INSS em Curitiba: governo pretende economizar perto de R\$ 1 trilhão com as novas regras

Reforma da Previdência vai equilibrar contas, diz Davi

Segundo o presidente do Senado, mudança no sistema previdenciário que será votada dará fôlego para o país gerar mais emprego e renda. Ele disse ainda que divergências sobre a proposta são normais

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, disse na sexta-feira que a reforma da Previdência a ser aprovada pelo Congresso deverá equilibrar as contas públicas e, como consequência, gerar mais emprego e renda. De acordo com ele, é natural que haja pontos de vista

diferentes sobre a proposta. — Há, sim, na reforma, pontos em que há certa divergência entre deputados e senadores. É natural da democracia, vamos debater. Nós vamos entregar para o Brasil uma reforma que possa de fato equilibrar as contas públicas e dar tran-

quilidade jurídica para o Brasil se desenvolver para gerar emprego, gerar mais renda para a população e dar para os brasileiros o que eles esperam da classe política: emprego. É o que os brasileiros querem e a reforma vai proporcionar isso.

Davi afirmou ainda que o presidente da República, Jair Bolsonaro, espera que a reforma prove que o Brasil tem capacidade de ajustar suas contas e de seguir um novo caminho. Segundo ele, ao ter admitido a possibilidade de o governo abrir mão de parte do R\$ 1,2 trilhão de economia prevista em dez anos com a mudança, Bolsonaro não prejudicou a reforma.

— Jair Bolsonaro tem dito em todas as suas declarações que quem trata da economia no seu governo é o ministro Paulo Guedes. Ele tem humildade de falar isso como presidente da República para mostrar para a nação brasileira, como líder da nossa nação, que ele delegou essa atribuição ao ministro da Economia, que tem todo nosso respeito, nosso reconhecimento e a nossa admiração — afirmou Davi.

Audiência discute hoje proposta de aposentadoria das professoras

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) debate hoje a situação dos professores na reforma da Previdência, que tramita na Câmara na forma da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/2019. O foco principal do debate será a situação das professoras.

A audiência é uma sugestão da senadora Leila Barros (PSB-DF), para quem as professoras do setor público são as que sofrerão maior impacto na reforma, pois elas poderão ter que trabalhar até dez

anos a mais antes de obter o benefício. Segundo a senadora, professoras que hoje podem se aposentar aos 50 anos passarão a ter o direito apenas aos 60 anos.

Foram convidados o secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, e a diretora de Finanças do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa Lima.

Para melhorar a mobilidade urbana é preciso priorizar as pessoas, diz especialista

Tornar a mobilidade urbana eficiente exige uma mudança profunda de mentalidade e paradigmas, como forma de tornar as cidades mais acessíveis, inclusivas e acolhedoras. A conclusão é do arquiteto e urbanista Fabiano José Arcadio Sobreira, que na sexta-feira participou de audiência na Subcomissão Temporária sobre Mobilidade Urbana, ligada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

As ruas, por exemplo, devem ser multimodais, espaços de convivência e encontro, a fim de favorecer o caminhar, o uso de bicicletas, veículos leves

sobre trilhos (VLTs), ônibus e patinetes.

— Na mobilidade urbana as pessoas devem estar em primeiro lugar no desenho da cidade. O modelo hoje é invertido. O automóvel ocupa a primeira hierarquia. Mudar a mobilidade é mudar postura e atitude, com redução da velocidade. Mudar o modelo econômico ou político de nada valerá se o novo modelo cívico não se instalar.

Professor da Universidade de Brasília (UnB), Pastor Willy defendeu a capacitação das pessoas que no futuro serão gestoras do setor. Para ele, a

população se favorecerá do avanço tecnológico e da mudança disciplinar para solução de problemas concretos.

Segundo o senador Acir Gurgacz (PDT-RO), o problema

em relação à mobilidade está relacionado à gestão pública.

— Os governos municipais, os estados e a União não acompanharam o desenvolvimento das cidades. Por isso, estamos

atrasados no mínimo 30 anos em relação aos países que se organizaram. Precisamos de uma gestão mais efetiva das nossas cidades e repensar o ordenamento urbano.

Gurgacz disse que a subcomissão pretende acompanhar a implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587, de 2012), em vigor desde 2015, e propor soluções práticas que alcancem a população. O senador cobrou do governo federal a edição de medida provisória para prorrogar o prazo de implantação dos planos municipais de mobilidade.



Entre Pastor Willy e Sobreira, Gurgacz comanda o debate sobre mobilidade

Jefferson Ruy/Agência Senado

Comissão debate amanhã MP que combate fraudes no INSS

A comissão mista que analisa a medida provisória que busca coibir fraudes no INSS faz amanhã, às 9h30, a segunda audiência pública para debater a questão.

A MP 871/2019 institui o programa especial para análise de benefícios previdenciários com indícios de irregularidade e o programa de revisão de benefícios por incapacidade. Na prática, a medida altera regras de concessão de benefícios, como auxílio-reclusão, pensão por morte e aposentadoria rural, e cria também dois bônus por produtividade, sendo um para analistas e técnicos do INSS e outro para a carreira de peritos médicos.

Foram convidados para o debate a diretora de Bene-

fícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Marcia Eliza de Souza; o subchefe-adjunto-executivo da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Felipe Cascaes Sabino Bresciani; o secretário especial-adjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal; o segundo-secretário do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Diego Monteiro Cherulli; e o presidente da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social, Francisco Eduardo Cardoso Alves.

A comissão mista é presidida pelo senador Izalci Lucas (PSDB-DF) e tem o deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR) como relator.

Projeto exige que censos incluam dados sobre autismo

Aguarda relatório na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o projeto de lei que determina que os censos demográficos terão de incluir dados e informações específicos sobre pessoas com autismo.

A relatora da proposta na CDH é a senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP).

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 139/2018, da deputada Carmen Zanotto (Cidadania-SC), altera a Lei 7.853, de 1989, para que seja obrigatória a inclusão nos censos populacionais “especificidades inerentes ao autismo”. De acordo com a autora, não existem dados oficiais sobre as pessoas com transtorno do espectro autista.

“Não se sabe quantos autistas vivem no país, sua realidade socioeconômica e as barreiras por eles enfren-

tadas”, afirma a deputada na justificativa do projeto. Ela avalia que a ausência desses dados cria obstáculos para a criação de políticas públicas específicas e eficazes.

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma condição resultante de uma complexa desordem no desenvolvimento cerebral. Engloba o autismo, a síndrome de Asperger, o transtorno desintegrativo da infância e o transtorno generalizado do desenvolvimento não especificado.

A condição acarreta modificações importantes na capacidade de comunicação, na interação social e no comportamento. Estima-se que 70 milhões de pessoas no mundo tenham autismo, sendo 2 milhões delas no Brasil. No entanto, até hoje nenhum levantamento foi realizado no país para identificar essa população.

Projeto reserva vaga para escola pública em concurso

De autoria do senador Fabiano Contarato, proposta reserva 20% das vagas em concursos públicos para candidatos que tenham cursado os ensinos fundamental e médio em escolas públicas

A CONSTITUIÇÃO E Justiça (CCJ) analisa projeto de lei que reserva 20% das vagas de concursos para candidatos que tenham cursado os ensinos fundamental e médio integralmente em escolas públicas. O autor do PL 2.312/2019, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), sugere que a medida seja adotada durante 20 anos.

A regra vale para cargos efetivos e empregos públicos na administração federal e em autarquias, fundações, empresas e sociedades de economia mista controladas pela União. A reserva será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso for igual ou superior a três. Os editais devem especificar o total de postos destinados a cada cargo ou emprego.

O candidato deve comprovar no ato da posse que cursou os ensinos fundamental e médio em escolas públicas. Para isso, deve apresentar histórico escolar original ou cópia autenticada. Se for constatada declaração falsa, o candidato é eliminado do concurso. Se for nomeado, responderá a procedimento administrativo para anulação da admissão. Nesse caso, o infrator deve devolver todos os custos do

poder público com seleção, admissão e treinamento.

O cotista pode disputar ao mesmo tempo as vagas destinadas à ampla concorrência. Nesse caso, o nome não é computado para o preenchimento das vagas reservadas. Caso haja desistência de cotista aprovado em vaga reservada, ela será preenchida pelo candidato cotista posteriormente classificado. Se não houver cotistas aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência.

Na justificativa do projeto, Contarato classifica a qualidade do ensino público no Brasil como “deplorável”. “Falta de

tudo. Falta giz, falta carteira, falta ventilador, falta professor e falta merenda. Quem tem coragem de dizer que o pobre concorre em condições de igualdade com o superatleta dos concursos, que viaja para Miami para relaxar após a prova? Devemos dar oportunidades de ingresso no serviço público de forma igualitária à parcela mais pobre da sociedade”, argumenta o senador.

O projeto aguardava o recebimento de emendas até sexta-feira. Se for aprovada na CCJ, a proposta segue direto para a Câmara — a não ser que haja um recurso assinado por pelo menos nove senadores para a votação do texto no Plenário da Casa.



Para Contarato, egressos de escola pública não concorrem em igualdade

Texto indeniza passageiro que esperar voo por mais de 4 horas

Os passageiros que sofrerem com mais de quatro horas de atraso de voos poderão receber indenizações automaticamente. A determinação está em projeto apresentado por Reguffe (sem partido-DF). O objetivo é desburocratizar, agilizar e facilitar a vida do cidadão.

As indenizações pagas aos consumidores funcionam como uma compensação. Dessa forma, elas não substituem disposições legais já previstas em leis ou resoluções, como reembolso e danos morais e materiais.

O PL 2.259/2019 prevê a aplicação de multas em casos de atraso de escalas no aeroporto. Quando o passageiro esperar por mais de quatro horas devido a atraso do voo, ele pode escolher entre viajar por outra companhia sem custos ou receber o dinheiro de volta. Pelo texto, para os atrasos em escalas, as companhias aéreas devem arcar com qualquer despesa decorrente do problema, que geralmente são alimentação, hospedagem e transporte. Além disso, os consumidores também receberão indenização imediata de 100% do valor da passagem.

A proposta esclarece que as companhias não terão que pagar as indenizações caso os atrasos sejam por conta de más condições meteorológicas, mas é neces-

sário que as alterações sejam comprovadas por órgãos competentes. De acordo com o projeto, as indenizações precisam ser pagas em um prazo máximo de 30 dias por meio de um depósito feito direto na conta indicada pelo passageiro.

Regulamento

No texto, Reguffe ressalta a existência de normas sobre o tema em regulamento da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) — a Resolução 141, de 2010 — e no Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565, de 1986). A resolução da Anac já prevê que as companhias aéreas forneçam comunicação a partir de uma hora de atraso, alimentação a partir de duas horas, acomodação ou hospedagem e transporte a partir de quatro horas, e reembolso ou reacomodação, além de assistência material, em casos de mais de quatro horas de atraso.

“Apesar de haver razoável legislação que versa sobre o aludido tema, as empresas aéreas insistem em descumprir os dispositivos legais que regem nossa aviação civil, desrespeitando assim todos os consumidores que se utilizam desse meio de transporte”, justifica.

O texto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda recebimento de emendas.

Colegiado debate educação contra violência às mulheres

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debate amanhã, às 10h, a importância da educação no combate à violência e no fortalecimento de políticas públicas para as mulheres. “A proposta é abrir debates e iniciativas para um começo de mobilizações em que a bandeira de luta seja levantada no campo educacional com fins de mudar mentalidades, abrir espaços de poder e dar visibilidade social, fortalecendo as mulheres para que possam ser e fazer o que sonharem”, justifica o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do pedido da audiência.

Para Izalci, o grande desafio no cenário atual de violência contra as mulheres não é apenas a ausência de leis, de rede de apoio e de políticas públicas, mas “a mentalidade formada ao longo dos séculos de misoginia, objetificação sexual e violência doméstica estabelecida principalmente no cotidiano das famílias e na ausência de conteúdos nas escolas que trabalham de

forma efetiva o valor da mulher na sociedade”.

O debate vai reunir mulheres integrantes do Projeto Caminho das Flores, desenvolvido em 2018. Promovido pela Polícia Civil do Distrito Federal em parceria com a comunidade, o Caminho das Flores realizou diversas ações de proteção e valorização da mulher entre 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e 30 de abril, Dia Nacional da Mulher. Integrantes do projeto vão falar sobre a necessidade da educação para o fortalecimento de direitos e oportunidades.

Foram convidadas para a reunião a policial civil Deise Andrade, a administradora regional de Taguatinga (DF), Karolyne Guimarães, a advogada Susana Bruno, a diretora de Gênero do Fórum de Mulheres do Mercosul, Lúcia Bessa, a delegada da 23ª Delegacia de Polícia da Ceilândia (DF), Márcia Pessanha, e a procuradora da Fazenda Nacional do Distrito Federal, Neydja Moraes.

Fim do horário de verão leva projetos ao arquivo

O presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou na quinta-feira um decreto pondo fim ao horário de verão nos 11 estados em que ele era aplicado. A medida havia sido anunciada no início do mês e já passa a valer em 2019. No Senado, as propostas que restam sobre o tema deverão ser arquivadas.

Um exemplo era o PLS 438/2017, do ex-senador Aírton Sandoval, que proibia a adoção de qualquer horário especial no país. Na justificativa do texto, o autor questionava o argumento de maior aproveitamento da luz solar, que reduziria o consumo de energia. Segundo o ex-senador, essa tese não tem sustentação econômica.

De fato, o secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, Ricardo Cyrino, explica que o horário de pico de consumo energético diário no país é por volta das 15h, o que tornaria irrelevante adiantar os relógios. Quando o horário de verão no

formato atual foi instituído, em 1985, o pico era às 18h.

Sandoval observou que a privação do sono causada pela mudança de horário tem vários efeitos nocivos à saúde e à sociabilidade: irritação, sonolência, comprometimento cognitivo e do julgamento moral, lapsos de memória, prejuízo da atenção e dos reflexos, aumento de riscos cardíacos e, em adolescentes, supressão do processo de crescimento.

O projeto foi arquivado no fim de 2018, porque o mandato do seu autor chegou ao fim.

Outra proposta, o PLS 559/2015, do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), determinava que, nos anos em que houver eleição, o horário especial só teria início depois da realização do pleito.

Essa medida foi adotada em 2018, a pedido do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Havia preocupação com confusões para o eleitorado e com atrasos na apuração dos votos e na divulgação dos

resultados. Decreto do então presidente da República, Michel Temer, adiou o início do horário de verão, mas não havia garantia de que isso seria feito em outros anos.

Pesquisa

Uma pesquisa realizada em 2018 pelo DataSenado apontou opiniões divididas em relação ao horário de verão. Dos 12.970 internautas que responderam à enquete, 55% apoiavam o fim e 44% eram contrários. O restante, 1%, não soube opinar.

Dos apoiadores do fim do horário de verão, 90% acreditam que não haveria alteração no nível de consumo de energia elétrica caso ele fosse extinto. Já entre os favoráveis à manutenção, 80% acreditam que haverá aumento do uso da eletricidade.

Quanto à saúde, houve praticamente empate: 47% dos internautas avaliam que podem ocorrer prejuízos à saúde com o horário de verão, e 46% refutaram a hipótese.